

LUZES E SOMBRAS. O MERCADO IBÉRICO DA ELECTRICIDADE

LUIS FERNANDO DE LA MACORRA

Directores

MIGUEL ÁNGEL FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ

HELENA GARRIDO

Luz mais luz, igual a escuridão...

Princípio de Huygens

LUZES E SOMBRAS NO MERCADO IBÉRICO DA ELECTRICIDADE (MIBEL) OU METACRÓNICA DE UM “NASCIMENTO” ANUNCIADO

PROLEGÓMENOS. Meses de paciente, esperançada e, às vezes, dolorosa “gestação” tinham propiciado o encontro, o acontecimento e, logo, o feliz sucesso, que só acabaria por ter lugar com data de 1 de Janeiro, como aconteceu com tantos outros “Salvadores”, neste caso, de 2004. Miguel Ángel Fernández Ordóñez, “ginecologista” crente e experimentado na “cruzada” da liberalização e na competição dos mercados, daria o seu aval ao “parto”, evidentemente por cesariana (a “criatura” não sairia de outra maneira, se não fosse forçada pelas circunstâncias de uma “europeidade” já militante e patrocinada dos Estados Ibéricos, que se tratava de santificar com os sacrosantos princípios da liberdade no mercado e nos mercados, desde que não compromettesse demasiado a saúde financeira das estratégias eléctricas e conseguisse fazer descer as tarifas – ou antes os preços? – a um valor de eficiência credível e não escandalosamente gravoso para as empresas e os consumidores finais). De Portugal, Helena Garrido ajudaria, com o seu labor constante e minucioso de “parteira” dos títulos económicos e da economia

do jornalismo e, também, empapando gazes renovadas com os suores do respeito à identidade e à dimensão do país menor, que, quando se encontra com um país tão grande como Espanha a seu lado, sofre tanto ou mais nas suas contracções sinc(opadas); e toda ela se dói pela Mãe (Ibéria, neste caso), apesar das suas novas e futuras redes e sistemas mais interligados (ou precisamente por isso...).

MAS... COMO E ONDE COMEÇOU TUDO? Entre curiosos, distraídos, algum reformado e cargos políticos e empresariais obrigados e os obrigatórios cargos políticos, com o seu “counter part”, que são os “meios” [*media*], uma plêiade suficiente de *chachos* e *chachas* [*jovens*] (assim se diz em *extremenhu*, “recolectados” entre futuros engenheiros técnicos industriais e não menos futuros economistas da Universidade da Extremadura, com promessas de títulos e acaso futuros créditos (que são a actual moeda de troca para cobrir o vazio e incomodar o auditório, com os telemóveis ligados – depois desligaram-nos –, e um olhar repetido e clandestino para o jornal ou para o sexo oposto, conforme) apoderou-se em massa do lugar. Tinham sido arrancados pela raiz, num dia diferente e “festivo”, ao “campus/campo” de Badajoz (que agora, enquanto se escreve esta metacrónica, se encontra, com os outros três, em plena hecatombe de promessa e gasto “não ecológico” pró-reitoral, já em segunda volta). Pelas portas automáticas dos autocarros que os tinham transportado, ainda sonolentos mas mais ou menos confiantes, até perto da garagem/estacionamento de Obispo Galarza em Cáceres, foram “vomitados” em hora certa (às dez da manhã); e circulavam, os mais deles, como formigas divertidas, mas borregas, agora para esticar as pernas, impelidos por um cabeça de fila que muito provavelmente poucos sabiam onde os levava, a não ser que era ao ágora (“ágora”, sem itálico) de *Ágora* (mas agora já com itálico). E, por esta “magia” dos procedimentos de auto-organização bem instigados (alguns conheciam e dirigiram o grupo sem mais), em poucos minutos, depois de passearem pelo sempre lindíssimo centro histórico cacereño, que convidava à “balda” infantil, juvenil ou madura (que também alcança, desde a *Institución Libre de Enseñanza*, o seu

sentido, devoção e necessidade de aprendizagem), acabaram por entrar no não menos belo palácio da *Diputación* de Cáceres que, neste caso, na penumbra mil-novecentos-e-não-sei-quantos das suas luzes e sombras que iluminavam à média-luz (seria premonitório?) o mobiliário, os tapetes, as pessoas e os quadros, seria o cenário não sabemos se grandiloquente ou acaso tragicómico do anúncio e quase do “parto” desta criaturinha que nos reúne, nos inquieta e nos entusiasma já desde o início destas primeiras páginas, sem termos visto nem comentado sequer um cabelo da sua linda e frágil cabecinha ou talvez, não o sabemos ainda com precisão, do seu sexo (já que se deu uma volta inesperada na anterior “radiografia” da cimeira ibérica de Valencia): “o mercado ibérico da electricidade”, MIBEL para os conhecedores ou amigos.

A imensidade do auditório pouco notaria – excepto pelas suas exigências e reclamação de procedimentos burocráticos de inscrição, auscultadores e assinaturas – que, como um feliz baile de máscaras, imperceptível para não conhecedores nos seus esforços, desvelos, dia após dia e noite após noite, as “ana’s” do GIT (Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças) e outras não tão anas, bailaram a sua dança de “enfermeiras” atenciosas, controladoras, “ao seu serviço” e bem preparadas, guiadas pela mestria de Montaña (que é sempre um elemento muito sólido, embora magmático) e acompanhadas pelos rapazes de C&G, perenemente ocupados na gestão ao minuto com o seu telemóvel atávico, activado e activo. Por último, no vestíbulo prodigalizavam-se umas ofertas muito conformes com o espírito e o lugar, cheias de novidades e velhas glórias depois de um decénio de publicações transfronteiriças e hispano-lusas do GIT, fazendo as delícias de próprios, interessados e estranhos, na publicidade e no aroma multicolor que anuncia uma boa degustação literária, investigadora e/ou política para raianos auto-identificados e identificáveis e para “turistas” da capital e provincianos, exteriores à raia hispanolusa. Mas, apressemo-nos a entrar, adverte-nos e recomenda com delicadeza e diplomacia Nacho, o “anestesista”, que a “função” está prestes a começar.

E eu, não menos educado que a maioria, mas desta vez e com grande pesar meu cronista de ocasião (e espero que de excepção), dando por cum-

pridos os necessários trâmites de saudação, arbitro a minha posição cêntrica (como tenho por costume) e pseudo-atenta à sala, com a esperança, depois satisfeita, de não adormecer antes da “pausa-café” e de me poder “reanimar” e não só tomar notas como boa nota, até ao café do almoço, com esse elixir e “droga” lícita da estimulação neuronal ibérica (isto é o normal, às vezes, em pais com filhas de cinco meses e pouco).

PROJECTA-SE O INÍCIO E A SUBIDA DO PANO: “CLARO-ESCUROS NUM SALÃO NOBRE DE ESPELHOS VIRTUAIS”.

Uma luz ténue com claro-escuros de lâmpadas-vela inunda o espaço imenso, mas acolhedor, do salão nobre e a figura de Maese “anestesista” perde-se no estrado e depois de um clamoroso silêncio genérico, toma a palavra Nacho (Corrales), como repetição, mas não como desculpa, nem como comporta em relação a outro Nacho (Sánchez Amor). Verifica presenças, inicia e oficia formal e institucionalmente a inauguração do encontro e dispõe-se a injectar a sua “epidural” de tolerância, respeito, diálogo e debate sincero e amistoso, que não deve poupar sabores e sobressaltos temporais em prol da melhor e maior amizade dos amigos do AMOR. Aproveita a já conhecida seringa da imagem imaginada, rememorada e prestável do de Osborne e do que cantou em Barcelos, que agora dialogam em campos floridos (extremenhos, de momento?) ébrios do brandy das verdades nas suas cantigas para debater a peninsularidade hispano-lusa que, neste caso, nos reconverte em insularidade temporária, embora não cósmica, como em Saramago.

Realiza um par de “*verónicas*” subtis, simples, mas graciosas e eficazes, antes de injectar o composto benéfico que facilitará um processo menos doloroso; e solta rapidamente os seus “*trastos de matar*” para dar lugar ao encontro, não sem antes apregoar as excelências e méritos profissionais amplíssimos e provados do “ginecologista” e da “parteira” que assistirão a este “parto” como peças-chave, na humilde posição de maiores e melhores servidores do anúncio de “nascimento”.

O “ginecologista”, humilde e agradecido, como não o podia ser menos na sua “grandeur”, descreve com precisão aritmética, simples e sintética, pas-

sado, presente e futuro da constituição do MIBEL, como se a natureza e existência das “vidas novas”, neste caso mercados, embora discretamente permitidas como consequência do livre arbítrio de países ou comunidades de países integrados, ao mesmo tempo, se encontrassem pré-escritas e preditas na memória do grande livro universal que é o próprio universo e descritas, antecipadamente, por sábios que, ao “engendrâ-las” apenas seguem a lógica da naturalidade, da revelação e da aprendizagem permanente no livro também secreto e imanente que é a Vida (com maiúscula). Além disso, por último, com uma louvável “economia de expressões” eficazes, como se já tivesse chegado também a “competência perfeita” linguística (ou a perfeita competência linguística?) organiza, com clareza estática e programática, a geometria arquetípica que dará lugar a princípios, necessidades e realizações do MIBEL; que, embora contrapostas, às vezes, nunca são nada contingentes entre si, completando a quadratura deste círculo incompleto, mas susceptível de ser completado, que terá de girar, sobretudo no que diz respeito ao eixo-base e motriz que é a “Mãe Ibéria”, em primeiro lugar; e, no que diz respeito à “Mãe” União Europeia, antes de que conclua, ainda a mais longo prazo, anuncia-nos o cronista, com o seu giro em relação à Mãe Terra, que já por si gira. É por isso que as redes e sistemas que se tecem e entrelaçam na “Mãe Ibéria”, com as suas cada vez mais numerosas interligações e com as suas potências e capacidades suficientes, são básicos para a existência do “mercado” (“o rebento”); e, embora a ideia tenha tido “pais”, que souberam dar um empurrão ao movimento político, como Eduardo Oliveira Fernandes, ex-Secretário do Estado Adjunto da Economia em Portugal, que irá intervir em primeiro lugar, para que a sua “sementinha” germine, é necessária uma mãe. Sem “mãe” é impen-sável que se acomode, cresça e sofra/gozando, que haja “mercado/rebento”, nem nada que se lhe pareça, embora seja em etapas sucessivas e progressivas (como quase tudo na Natureza, não pode ser de outra maneira, embora também haja saltos e “*quantuns*”). O resto, tal como nos comenta a “parteira”, que se ocupa da apresentação do programa, será uma simples “simulação/mesa redonda”, ao estilo das experiências dos laboratórios virtuais da “economia computacional” (“computacional economics”, na língua do império), onde poderemos “observar” “ex ante” e “in situ”, embora não “in locus”, como

arremedo prévio e primícia para a Extremadura, o comportamento de algumas de cada uma das partes constitutivas do “futuro rebento”, os agentes, como se de uma “ecografia” por agora virtual (e muito em breve quadridimensional, multimédia e a cores) se tratasse, e onde se nos manifestassem os primeiros movimentos, comportamentos e reacções, embora fossem simulados, estranhos ou compulsivos. Quanto ao resto, segundo nos comenta também a “parteira”, um “cunhado”, já avezado e experimentado nestas lides, o ex-Secretário Geral da Energia, Luis Atienza, abandonaria temporariamente os passarinhos do parque de Doñana, embora não os charutos havanos, e viria expor, por dedução, dissecação, emulação, reconto e antecipação professoral e universitária de desenvolvimento económico harmónico, do meio ambiente, consultor, sustentável e renovável no futuro, as imagens actualmente côncavas e convexas desta ruela do gato valleinclanesco, que vem sendo, de momento, o MIBEL (esperemos que não morra antes de nascer, nem lhe urine nenhum cão no passeio, como a Max Estrella..., que também era luminoso e lúdico). Por último, e para completar o programa, do “passado” mais conhecedor, mas, às vezes, também menos confiante e cheio de preconceitos, duas “comadres/avós” da “criatura” tratariam de entrever com subtileza, carinho e mordacidade, a fisionomia e as possibilidades do “recém-nascido”, numa definição comprometida de desafios e possibilidades futuras, que sempre, segundo o optimismo ou a confiança de cada uma (o futuro é quase sempre verdadeiramente imprevisível, sobretudo para as avós) nos acabariam por projectar imagens também virtuais, embora mais ou menos prazenteiras ou desprezíveis.

Mas... e que há por acaso no mundo mais real que dezenas, milhares ou milhões de imagens virtuais? Como já dizia Borges, a paternidade, tal como os espelhos, é capaz de repetir as imagens, com os seus erros, onde os houver, até ao infinito; e, acrescentaríamos nós, até à saciedade.

O PAI REMEMORA A FELIZ IDEIA DA “SEMENTINHA” E A “ALIENAÇÃO” DO FUTURO “REBENTO”, TORTURADO NOS LÚGUBRES CALABOUÇOS DE TORQUEMADA. Sem solução de continuidade, ao “scherzo” inicial, para calvário das pobres tradutoras, foi apresentado, como deve ser, com pompa e

circunstância, e tomaria a palavra, em primeiro lugar, o já referido “pai da criatura”. Aquelas, num alarde habitual de profissionalismo extremenho iriam começar a apreciar cada vez mais (sem perceberem muito), não nesta, mas, sobretudo, em sucessivas intervenções, a singularidade dos acrónimos especializados, os tecnicismos eléctricos, energéticos ou de engenharia (com o uso simultâneo e, às vezes, “snob” do inglês) e as interferências dos telemóveis dos “chachos” e “chachas” ou as referências implícitas e tangenciais intraduzíveis na omnipresente tábua de salvação das “cábulas” do “Power Point”, que englobam, entre mapas, gráficos, estatísticas e cifras, fileiras de esquemas e palavras insubornáveis e mal balbuciadas na pressa última do tempo objectivo e limitado das intervenções. Mas este não seria o caso do nosso “pater”, um autêntico “iluminado” e “aprendiz permanente”, que tanto na medida da sua fala, como na metáfora calma e contínua do seu verbo, carregado de referências arquitectónicas e urbanísticas, quando não ilustradas, nos avizinhava da sábia maturação da “sementinha”, embora com um sabor final amargo numa boca apenas medianamente esperançada.

Das terras portuguesas próximas de Fermoselle, em Zamora, com a tenacidade de dois anos, já se prefigurava Espanha e, em portência, a “semente” deste mercado, como uma singularidade diferente, próxima no geográfico e diferente, embora não distante, no cultural e linguístico “alter ego”, com o qual era necessário trocar a moeda da transparência no diálogo, para poder provar que nem tudo era sonho ou irreabilidade (como no “Outro” de Borges) ou para que o pesadelo dos medos psicológicos não se apoderasse, numa infinidade de preconceitos, das possibilidades de futuro, das possibilidades de configurar um “germen” ou “semente”, cujos objectivos eram claros e bem destacados, de tão repetidos, ao longo de outras intervenções, duma maneira ou doutra: assegurar o abastecimento eléctrico e que a economia fosse competitiva ou conseguir um desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, económico e do meio ambiente, ao mesmo tempo. É por isso que, pela vontade indubitável de Portugal e Espanha e deste “pater” de avançar, pelo menos mais depressa, para a configuração de um mercado eléctrico ibérico único antes de que pudesse ou possa entrar em cena o mercado único europeu da electricidade, se criou e assinou, no dia 14 de

Novembro de 2001, um Protocolo programático com objectivos, metas e datas concretas e definidas (um autêntico programa “genético”, que mais adiante seria pormenorizado). Este tem por objectivo que os dois governos possam pôr de pé a arquitectura de um novo mercado (o “rebento”), que não só deverá contornar possíveis dificuldades, como deverá ser dotado, através da vontade política, de regras jurídicas e empresariais claras, regras de jogo de um operador único no mercado e agente essencial do mesmo.

Como luzes inspiradoras de infinito ou bases para o “andamento” e “germinação” desta “semente”, o “pater” encontra vários princípios (diríamos que quase em estado de santidade): a competição (que, em castelhano, também é sinónimo de conhecimento e destreza); a transparência, de que tão precisados andamos, as mais das vezes; a objectividade, a eficiência e a equidade, sem invasão nem prepotência (esta indirecta é por causa “daquele castelhano” ainda hoje insensível, que ainda por cima continua a ser petulante e descortês...), que não são menos difíceis de alcançar: todas elas alimentam objectivos como um maior bem estar e desenvolvimento, a harmonização das redes ou a igualdade e a competição.

Mas, como não vivemos num mundo de anjos, fundiram-se algumas das luzes inspiradoras de certos princípios; e, embora o trabalho de redes esteja feito (a Mãe Ibéria contribuiu e vai contribuir para isso), um conjunto de condicionantes e diferenças entre os dois mercados iniciais fecham-se como nuvens ameaçadoras (que esperamos não cheguem a ser “abortivas” para a “criatura”). Entre as condicionantes, acompanhando o nosso “pater”, citaremos a resistência a visualizar a energia como um recurso que não se consome e apenas se transforma, o que eliminaria a percepção cultural de poder que ainda implica e o medo que as empresas têm da diversificação e da descentralização, para que algumas empresas não tenham mais poder que os próprios estados; e os “timings” dos políticos, que colocam em lugares preeminentes das suas agendas (ou não) a preocupação e as reuniões para avanços mensuráveis, reais e importantes. Entre as diferenças do mercado espanhol e português, devemos assinalar: a dimensão dos sistemas eléctricos, o número de actores empresariais, as medidas de liberalização anteriores a 2001, a formalização do mercado anterior a 2001 e a natureza dos reguladores.

De qualquer forma, a obrigação de convergir – o Protocolo de 14 de Novembro de 2001–, já apontado pelo “pater” como um “programa genético” correcto e completo, lançou as bases para a identificação das barreiras administrativas dos dois países, para a operatividade do transporte, mediante meios e regras e para o estabelecimento de um modelo de mercado a cargo dos reguladores, com o propósito de que o mercado entrasse em funcionamento a 1 de janeiro de 2003, mas como se produziu um hiato com o novo governo português (do PSD), embora já tivessem sido desenvolvidos alguns trabalhos, na cimeira de Valencia de 2002 fizeram-se acordos que não concordam com a ideia inicial de mercado (este “rebento” não vai parecer fruto da “semente” prevista e alimentada!). Pactou-se um mercado bipolar, separando alguns dos mercados eléctricos entre Madrid e Lisboa (o que acarretará, segundo o “pater”, problemas de “clearing” e liquidação), quando deveria ter havido, embora apenas como simbolismo, um único operador ibérico em Lisboa, mas com presidente espanhol (que não se chame Felipe, claro). E ficam ainda algumas questões pendentes como as tarifas, a escolha dos clientes de baixa tensão, os CTCs e os seus equivalentes CAEs, a garantia de potência ou a simples clarificação do modelo de mercado, que deveria ter um rosto definido (como qualquer outra “criança” que já nasceu ou está para nascer).

Portanto, como se um Torquemada obstinado e pouco dado à unidade na diversidade tivesse ressurgido das suas cinzas, o “mercado/rebento” é sequestrado e escondido, segundo a visão deste “pater” consternado, e malogra-se na sua tortura, até à confissão, nos recônditos e escuros calabouços inquisitoriais, acrescentando mais sombras que luzes a este processo, posto que nada ou pouco se fez desde a cimeira de Valencia; há um grande défice de transparência e de sentido da equidade, assim como de credibilidade na vontade das partes e ainda menos na liderança do processo submetido ao jogo dos assessores designados “ex professo” e só Deus, embora não seja inquisidor, sabe bem porquê.

No entanto, afirmamos com o “pater” e com Galileu, com o risco de sermos queimados de novo uma e mil vezes, no latim adulterado das nossas línguas romance que, haja o que houver a Terra se move e se há-de mover,

pelo menos ainda durante algum tempo; assim como afirmamos, apesar das torturas, que o “rebento” nascerá e crescerá são e salvo até andar e correr até ao infinito dos princípios da Luz e da Liberdade, onde o mercado é competente, eficiente e, ainda por cima, se respeitam os objectivos não apenas económicos, mas também sociais e meio ambientais.

Depois deste suspiro inútil de “pater” comprometido, mas um tanto desconsolado, Fernández, o “ginecologista” confirmou que a escassa diferença entre o “pater” e ele (leia-se Espanha em relação a Portugal) consiste em que ele não é Fernandes, já que ambos – estava implícito e ainda por cima foi explicitado – tinham feito da teoria, política e “carne”, com os factos.

Sáímos para tomar o “coffee” reconfortante (sem que tivesse conseguido adormecer, graças ao fabuloso e sumo interesse da primeira intervenção – e o resto não o seria menos) no também belo palácio dos Duques de Carvajal, no centro de Cáceres, que merecia várias escapadas. Entre outras pessoas, tive oportunidade de ser apresentado e de tomar café com um dos intervenientes na mesa redonda/experiência, o Administrador de “Tejo Energia” (que, num alarde de lusismo, pronunciava Tejo com “j” espanhol...), embora ratificasse a necessidade de competição não se sabe a que prazo.

UM “CUNHADO” MUITO TÉCNICO E EXPERIMENTADO PRONUNCIA, ENTRE UM “PIZZICATTO” E UM “STACATTO” COMPULSIVO, A SUA SAPIÊNCIA RAZOAVELMENTE CRÍTICA E RELATIVIZADORA.

Devolvidos ao salão de ângulo claro-escuro (quase parafreando o poeta) dos nossos donos/donas já quase esquecidos, viam-se os jornalistas e os meios de comunicação, dentro e fora, atarefados com os seus apontamentos e “caçando” declarações mediáticas; viam-se as hostes do protesto um tanto dizimadas depois do refrigério; e, a nós próprios, expectantes e renovados, embora já um pouco cansados para prestar atenção e seguir, a cem por cento, as fabulosas e longas intervenções titubeantes, mas muito especializadas, de um “cunhado” experimentado nestas lides de “rebentos” energéticos. Segundo nos contou Fernández, com “z”, trata-se de outro “super-ex” dos cargos públicos energéticos, reconver-

tido à sustentabilidade ecológico-económica de uma consultora e à Fundação XXI (dos passarinhos e das marismas) de Doñana.

Como tantos outros, muito educados, fariam nas suas intervenções, o “cunhado” agradeceu o convite e a possibilidade de rememorar e de nos ilustrar. Começou por recordar os seus tempos de Secretário da Energia, para lançar a admoestação básica e premonitória de que tudo, nesta “vida”, neste mercado (e em tantos outros...) é mais política do que técnica ou “economia” (o que, já de si, é uma certa orientação precavida na “economia” de meios, processos e procedimentos sociais). Assim, explicava-nos, para começar, como Portugal só confiou em receber, na sua maior parte, a canalização do gás argelino de Espanha, embora nalgumas regiões espanholas, como a Galiza, pudesse e devesse, por autêntica lógica geográfica, acontecer justamente o contrário: neste caso, o gás chegar-lhe-ia de Portugal. Acostumados como estamos, entre economistas, a uma certa terminologia da optimização matemática e à teoria do jogo que, às vezes nos impele para a cooperação em vez da competição, estaremos de acordo em que este, como o do MIBEL e tantos outros, pode ser um “jogo de soma positiva” (aquilo que ganha um ou vários jogadores não é necessariamente perdido pelo resto dos jogadores) e não um “jogo de soma zero” (aquilo que um ganha é necessariamente perdido por outro ou outros).

Referiu-se, em primeiro lugar, como o seu antecessor, aos objectivos do mercado, embora tenha destacado a necessidade de manutenção de um equilíbrio ou “trade-off” de compromisso entre objectivos contrapostos (isto costuma ser tão típico dos engenheiros como dos economistas ou políticos). Entre os objectivos, destacou: a necessidade de um fornecimento contínuo, de confiança e de alta qualidade; o interesse pela manutenção de um serviço universal imprescindível, cujo colapso temporal apresenta um elevado custo social, económico e político (do qual tivemos uma boa mostra com os recentes acontecimentos internacionais); e, também, a conveniência em que se produza com o menor custo possível, com o menor custo ambiental e com solvência económica e financeira das empresas que operem com total eficácia na distribuição dos recursos. Embora, como é lógico (como contraponto), a capacidade excedentária, a qualidade das redes de

transporte e distribuição e a redução da poluição aumentem os custos; e a especificidade do mercado eléctrico faz com que haja um monopólio natural de redes, e a entrada e saída no mercado de um competidor qualquer não seja neutral em relação às possibilidades de fornecimento ou abastecimento da procura diária real e efectiva, devido à dificuldade de substituição empresarial imediata.

A competição no mercado eléctrico a partir dos anos noventa tem evoluído, melhorando, segundo nos assinala “o cunhado”, devido a vários factores (e é como se nos fosse referir de novo, em explicação professoral de divulgação, a aparição dos bebés-proveta, a antecipação da temível e proibida biotróica se não for dirigida pela ética do amor; tal como já mostra *Blade Runner*, a fecundação “in vitro”, a activação da fertilidade com partos em geral múltiplos, a separação ainda não completamente sucedida de siameses, a diferença entre adoptar ou alugar uma mãe, os partos em meio aquático, a natação para bebés ou a ainda proscrita, embora nem sempre, escolha dos sexos). Entre os factores que nos indica para a obtenção desta luz, que é a competição, refere o contexto nacional e internacional favorável, a abundância energética e as mudanças tecnológicas, a aparição do gás, que tem um período menor de recuperação de investimentos, e as novas procuras sociais, que propugnam a liberdade de escolha na contratação e se preocupam, entre outros aspectos, com a poluição do meio ambiente.

Nos princípios de funcionamento do mercado ou dos mercados que aponta – alguns dos quais o cronista considera princípios-chave para compreender este mercado eléctrico, que já é constituído por vários mercados – destaca-se a separação moderna das actividades quando, em princípio, estas estavam “verticalmente integradas” numa mesma empresa ou em poucas (geralmente monopolista e nacional ou oligopólio nacional, para cada país). Estas actividades são: geração, transporte, distribuição e comercialização. Assim, enquanto a geração e a comercialização poderiam e deveriam funcionar em livre competição, as actividades de transporte e distribuição (intimamente ligadas às redes) devem ser necessariamente reguladas para que as decisões de investimento obtenham a salvaguarda de mecanismos de recuperação dos citados investimentos objectivos e garantidos, que permitam a

solvência financeira das empresas. Outros princípios, diríamos que resultantes da anterior separação e do “novo” funcionamento dos mercados, consiste na “não discriminação” no acesso de terceiros às redes e na abertura progressiva do mercado e dos mercados a grandes e pequenos consumidores, mas também às famílias, para que não cheguem a encontrar-se com uma tarifa imposta (ou quase imposta).

Mas, não só todo e qualquer “parto” tem as suas naturais dificuldades, como também os sistemas têm que estabelecer as suas tolerâncias, equilíbrios e organizações subtis para que o desenvolvimento e a harmonização sejam adequados, convenientes e possíveis. Embora a dificuldade fundamental se encontre numa estrutura empresarial sectorial que não concorda com o modelo regulador – e isto chega a ser tão histórico no devir sectorial, como político na dificuldade e pouca vontade de mudança profunda – acaba por se concretizar em várias dificuldades essenciais que, no fundo, derivam desta (e basta passarmos em revista ou estudarmos um pouco de micro-economia elementar para nos darmos conta destas “falhas” do mercado). A saber:

- a) A relação preexistente entre as actividades reguladas e as da competição, com transferências efectivas de informação e com pressões sobre as margens de cada actividade para deslocar e impedir de entrar, em competição desleal, possíveis novos parceiros em alguns dos mercados derivados das actividades em competição. Isto, embora teórica e politicamente se justifique com a “ficção” da separação jurídica de actividades, na prática económica real não se consegue evitar.
- b) O poder de mercado, que é a capacidade para influir nos preços ou quantias oferecidas, já que não se produz em perfeita competição, devido às particulares características que tem a electricidade.
- c) As características específicas da electricidade:
 - c.1.) não é armazenável e, portanto, as decisões de retirada de quantidades de produção importantes não podem ser compensadas com diminuição de stocks, fisicamente impossíveis de manter (pelo menos de momento);

- c.2.) com procura previsível, dada a constância cíclica das necessidades;
- c.3.) com escassa ligação internacional, que em princípio não foi pensada para comercializar e que, hoje em dia, resulta mais fácil entre Portugal e Espanha que com França e o resto da Europa, de momento;
- c.4.) e com perfeito conhecimento dos custos da competição.

Por isso, segundo nos indica este “cunhado” experimentado, a legislação sobre a competição é essencial para poder garantir o benefício dos consumidores intermédios e finais e deve “exigir” um conjunto de condições claras e directas: separação radical das actividades reguladas e em competição, o que representa uma decisão política de envergadura; baixa concentração horizontal; oferta excedentária suficiente para diminuir o poder de mercado; desenvolvimento das redes e acesso não discriminatório; minimização das barreiras de entrada e saída nos mercados; estabelecimento de objectivos claros e integrados de política energética, como a qualidade, a segurança no fornecimento, a margem de reserva ou a situação do meio ambiente; o escalonamento da procura e os preços e existência de um regulador independente da Administração e das empresas.

Pois bem, contrastando com este modelo, o mercado eléctrico espanhol possui todas as liberdades formais, mas reais, não. Existe separação jurídica, planificação vinculadora de redes, liberdade de entrada, ATR regulado, liberdade de escolha dos consumidores (a partir de 1/1/2003, embora não se exerça), tarifas e franquias postais, operadores independentes do sistema e do mercado, um duplo regulador (a Direcção Geral da Energia e a Comissão Nacional da Energia), o que enfraquece o regulador independente e as ajudas de transição à competição. Não obstante, ou por isso mesmo, os grandes problemas do modelo são: a incoerência entre estrutura sectorial e o modelo regulador, que se configura desta maneira, tentando contar com empresas suficientemente grandes e solventes à escala europeia, mas maiores que a conta, à escala ibérica; a integração vertical das actividades em algumas empresas, que embora com separação jurídica, pertencendo

ao mesmo “holding”, transferem informação e margens entre negócios; e, por último, o poder de mercado, devido à concentração na actividade de geração, à escassa conexão internacional e às restrições reais.

No nosso país há um aumento da intensidade energética por unidade do PIB, o que pressupõe uma dificuldade já impensável de cumprir com os compromissos de Kyoto quanto a emissões de CO₂, portanto, terá de se encarecer o preço ou a tarifa com a compra de direitos de emissão, no futuro.

A descida das tarifas não se deve ao aumento da competição, mas sim à diminuição dos custos financeiros como consequência da redução dos tipos de juro na Europa e em Espanha, e ao menor custo de manutenção do imobilizado eléctrico, que costuma significar metade da tarifa eléctrica. No entanto, o preço de geração do mercado vai subindo. Por outro lado, a cobertura da procura mantém-se em margens de 2% a 4% da capacidade. Em relação à qualidade do fornecimento, produz-se uma deterioração da situação num momento de solvência; o atraso da aprovação para a renovação local é a causa de problemas neste âmbito; e a estrutura de geração implica que duas empresas representem 75% e três 90%, produzindo Endesa e Iberdrola 87% da geração hidroeléctrica. Quanto à distribuição, a concentração é elevada em grupos de integração vertical com separação jurídica por actividades, mas com alta concentração nos mercados. A única mudança real é que Viesgo é vendido a um grupo italiano e também a aparição do gás, que é o único que não apresenta barreiras de entrada. De qualquer forma, o mercado não progride, está sim em regressão. Abandona-se o mercado em benefício da tarifa. Também devido à falta de ligações internacionais, não há comercializadoras que entrem no mercado.

Haveria que propor intercâmbios de activos empresariais de tal forma que se permitisse integrar os sistemas energéticos europeus.

As recomendações tornam-se evidentes: transformação no mercado maiorista, redução no poder horizontal e vertical de mercado, estabelecimento de uma quota limite de geração por troca de activos ou por leilões virtuais a longo prazo; e também segregar os mercados de actividades, procurar a independência dos operadores, a transparência e o aumento das ligações e das redes internacionais.

Em resumo e como balanço, é necessário dar mais impulso político do que agora se faz. Estamos a criar um mercado bonito, teórico, mas não real (como diz o aforismo espanhol, “del dicho al hecho hay un gran trecho”, isto é, há um hiato entre aquilo que se diz e aquilo que se faz). De momento, não serve para melhorar a competitividade e o bem estar dos consumidores.

O “REBENTO” ANDRÓGINO MOVE-SE E CONTEMPLA-NOS DA SUA PROVETA NO LABORATÓRIO EXTREMENHO E VIRTUAL DE ÁGORA.

Depois de ouvirmos as explicações, recomendações e relativizações do “cunhado”, que devemos valorar e ter muito em conta para o futuro, introduzimo-nos, com a suave e delicada voz de Lurdes Ferreira, jornalista económica do *Público*, no laboratório virtual de *Ágora* e apetrechamo-nos com os nossos instrumentos orgânicos e electrónicos de captação mais utilizados para distinguir traços e gestos deste novo “rebento” andrógino que é o MIBEL, em versão experimental extremenha. Contamos com a possibilidade de observação da “cabeça”, representada na pessoa de António Castro, Director Geral, Responsável pelo Gabinete de Articulação Ibérica, da EDP; com as “pernas e pés”, que embora se movam bastante sem terem assentado na terra, têm por enquanto pouca utilidade prática, representadas por José Luis Gutiérrez Blanco, Administrador Técnico de Tejo Energia; com o “estômago”, Juan Silleros Argar, da Siderúrgica Balboa, S.A., que deve “digerir” uma quantidade enorme de electricidade e de tarifas; com Henrique Neto, Presidente da Ibermoldes, cujo “coração” luso bombeia instintivamente, sem cessar, sentimentalmente inclinado para a posição de Portugal; e por último, com Afonso Pitarch, gerente das Eléctricas Pitarch, “mãos” comercializadoras extremenhas que estão a agarrar o “mercado/rebento” com a sua recém aprendida oposição entre os dedinhos indicador e polegar.

Em primeiro lugar, observamos o posicionamento das “pernas e pés” que, em movimentos curtos, rápidos, fechados e certos, definiram as possibilidades limitadas do “rebento” ainda no seio materno. O administrador de “Tejo Energia” (por favor, pronuncie-se desde já, a bem da concórdia

ibérica, com um “j” português, ou então digamos Tajo Energía, traduzindo) comparou as características do mercado espanhol e do português, apostou por ver a luz ao fundo do túnel (mas sem concretizar se o túnel tinha uma dimensão de alguns anos ou de várias décadas) e recorreu às virtudes da paciência e à esperança (embora, se a tarifa ou o preço eficiente tardar em chegar, talvez não se percam essas virtudes, mas entretanto continua a pagar-se mais que a conta, em prol de empresas grandes e ineficazes). Fez-se eco das declarações do Ministro Rodrigo Rato, que tinha anunciado que 12 000 empresas e 5 000 famílias tinham reduzido em 20% as suas tarifas (haveria que comparar a tarifa espanhola com o preço europeu médio e com o mais baixo e verificar que percentagem de famílias e de empresas supõem estas no total). Comentou os requisitos teóricos do mercado (operador ibérico único bipolar, com mercados “spot” e intradiário em Madrid e de futuros a prazo; alta coordenação do sistema, com dois operadores de sistema e um operador de mercado; contratação bilateral física; geração livre com a desapareição de contratos e garantia de potência para manutenção, com um índice de reservas de 20%, aumento das interligações transfronteiriças e liberalização do mercado de gás). Assinalou as vantagens teóricas para consumidores e produtores (maior informação aos consumidores, redistribuição de quotas no mercado ibérico, com uma participação de 17% da EDP, ampliação das modalidades de contratação, maior segurança de fornecimento, maior eficiência, redução de tarifas, custo predizível da energia, maiores investimentos directos, alianças estratégicas benéficas e um mercado de 26 milhões de consumidores. Por último, em abono da verdade, indicou algumas tarefas pendentes, como o operador único, a metodologia de recuperação, a mudança harmonizada de regulamentos, o gás, a garantia de potência ou os incentivos ao investimento. E fechou o seu balanço com uma nota de optimismo, graças ao compromisso político que se iria verificar e assinar em breve na cimeira ibérica da Figueira da Foz, a 7 de Novembro de 2003, o que, segundo a sua visão, supunha um avanço importante na vontade de construção do MIBEL (não sabemos se por os signatários serem presidentes de governo ou também porque, neste momento histórico, os partidos políticos que apoiam a acção destes governos lhe merecessem confiança, já

que são de direita ou de centro-direita no espectro político tanto de Espanha como de Portugal).

Ao “coração”, Enrique Neto, “lusófilo” e bastante “hispanófilo”, que não se referiu especialmente, nem pouco mais ou menos, à electricidade, nem ao MIBEL, mas que realizou um panegírico dos males de Portugal, muitas vezes causados por Espanha, e da estratégia de um Portugal livre e independente do resto da Península Ibérica, de Espanha, que é a sua maior parte, deveríamos recomendar-lhe a leitura dos seus compatriotas Fernando Pessoa ou António Sardinha, para conseguir compreender, numa leitura moderna do século XXI e dos séculos vindouros que, apesar das cedências, aquilo que Portugal ganha com Espanha e o iberismo, sem perder identidade nacional alguma, não é só um mercado conjunto de cinquenta milhões de habitantes para ser alimentado também pelas empresas mais dinâmicas originárias de Portugal e muitas outras de capital misto, mas também ganha, pelo princípio dos vasos comunicantes, uma melhoria, com o tempo, do rendimento médio *per capita* e da produtividade média, um enriquecimento cultural recíproco, as possibilidades de conexão ágil e interessante da vertente atlântica peninsular com a vertente mediterrânica, e de Portugal com o resto da Europa e com África, a possibilidade de trabalhar em conjunto com a comunidade autónoma da Galiza, que tão próxima está sentimental, económica e culturalmente do Norte de Portugal, para além de ter a oportunidade de formar um corpo único com Espanha, com o devido respeito pela sua idiosincrasia própria, cujo peso no resto da Europa comunitária pode ser bastante mais importante que o de país isolado; e, para já não dizer num mundo onde a península é chamada a ser um cruzamento intercontinental inevitável; e onde a Comunidade Latino-americana é um forum natural comum de adscrição e intercâmbio.

O “estômago”, Juan Silleros Argar, ainda que simplista, segundo a sua auto-qualificação, foi claro, directo, acertado e contundente. Basicamente, aquilo que as empresas consumidoras de electricidade, nomeadamente as muito consumidoras, exigem às empresas eléctricas não é outra coisa senão aquilo que habitualmente o mercado lhes pede a elas: competitividade. Mas, como se dá a casualidade de que as redes viárias, ferroviárias, maríti-

mas ou aéreas estão bastante consolidadas a nível global, e há uma progressiva liberalização do comércio mundial, que é quase pleno dentro de algumas integrações económicas, mal um produto se oferece com um preço mais alto que o de eficiência, a competição internacional, seguindo uma ordem, encarrega-se de ir fazendo desaparecer ou mudar todas as empresas que mostrem ineficiências. Mas, como as redes eléctricas não estão suficientemente interligadas entre si, de momento, e não há vias para o seu transporte, o mercado encontra-se “cativo” e impotente diante das tarifas que lhe queiram impor. É impossível, para já, que um consumidor empresarial ou um grande consumidor empresarial possa desfrutar, agora (e não sabemos por quanto tempo) do preço médio europeu de 25 euros por Kilowatt-hora. Por isso, não só é necessário liberalizar a produção, mas também o transporte e o comércio: interligar a rede ibérica e todas as redes europeias. Como conclusão, recomenda que não pensemos apenas no fornecedor do mercado eléctrico, mas também nos consumidores, que representam uma parte importantíssima da geração de produto interno bruto nacional em qualquer dos dois estados e não devem estar submetidos a tarifas eléctricas ineficazes.

As “mãos” fizeram a sua “graça”, agarrando o mercado com oposição simultânea de “indicador” e “polegar” (produtor e consumidor?). Pitarch, uma das comercializadoras que intervieram em representação regional extremenha do sector no MIBEL, assinalou que não só o papel “independente” das comercializadoras, que agora se agrupam, supõe uma vantagem e maior versatilidade frente aos grandes grupos, que lhes poderia oferecer condições vantajosas em preço e qualidade, mas que, graças à generalização dos hábitos de internacionalização, o que, em princípio, poderia chegar a gerar temor, por desconhecimento (o MIBEL), agora já vêem que pode chegar a significar novas oportunidades de negócio para esse tipo de empresas (claro, independentemente de os preços serem de eficiência ou não, assegura-nos o cronista; e, por isso, talvez nos possa fazer falta António Castro, que “cabeça”...).

A MÃE IBÉRIA TECE AS SUAS REDES E PERMITE AO REBENTO/MIBEL CRESCER NAS SUAS ENTRANHAS.

Santiago Carcar, do jornal *El País*, anuncia-se-nos moderador e provocador no “debate” das redes e sistemas. Apresenta José Penedos, da REN (Rede Eléctrica Nacional) de Portugal e Ángel Landa, da REE (Rede Eléctrica Espanhola), ambas “mães” experientes e com grandes currícula de 30 anos no sector.

Ángel Landa, o representante da “mãe espanhola”, que nos apresenta transparências e o seu índice ordenado, falar-nos-ia do contexto do MIBEL, da história do MIBEL, das interligações, das harmonizações, do modelo dos reguladores e dos desafios do MIBEL.

O MIBEL, segundo Landa, surge de uma forma natural, depois de 25 anos de intercâmbios. No entanto, constituir um mercado europeu é difícil. Antes de chegar a ele, é necessário passar por etapas, por mercados intermédios, como o MIBEL, que agrupam dois ou vários mercados nacionais. De qualquer forma, são as condições de comércio transfronteiriço, a eliminação de tarifas de acesso internacional e o aumento das infraestruturas de interligação que facilitam este processo. Espanha e Portugal permanecem nas últimas posições no que toca a interligações europeias. Não só deverão ser promovidos os mercados regionais da Europa Central, dos países de Leste, os nórdicos, o do Reino Unido e o Ibérico, como também as ligações entre eles. Para além disso, quando se estabelecer a ligação com a Rússia, haverá uma transformação importante nos preços (e o mercado europeu deverá estar preparado para isso). Ora bem, se compararmos o mercado ibérico com o resto dos mercados regionais europeus, veremos que se trata de um mercado pequeno, com um baixo consumo por habitante e se compararmos Espanha com Portugal, a relação de cinco para um é aquela que se detecta com maior frequência na dimensão e na maioria das variáveis.

O MIBEL nasceu com a assinatura de um protocolo, que já foi referida, e entre as tarefas previstas, a remoção de obstáculos reguladores e legais não se completou; os operadores, o desenvolvimento das interligações, o arranque do modelo e os procedimentos de operação comum, esses sim foram cumpridos ou estão a ser cumpridos.

Alguns dos problemas do MIBEL são a limitada capacidade de interligação, a necessidade de harmonização da regulação económica para que não se gerem ineficiências e a definição do modelo de mercado dos reguladores. Mas, estes são problemas da integração de qualquer mercado.

Quanto às interligações, que são um elemento-chave, a REN e a REE trabalharam e trabalham para conseguir as melhores soluções: a duplicação das linhas no Norte, a consecução da linha Alqueva-Balboa, embora com alguma dificuldade meio-ambiental, as propostas de modificação da linha do Tejo, quando funcionar Alqueva-Balboa, e o estudo de aumento de capacidade no Douro. Aquilo que se tenta é que o comércio facilite a igualdade de preços. O calendário previsto é o seguinte: Alqueva-Balboa antes do final de 2004; Lindoso no segundo circuito, no primeiro trimestre; a melhoria no Tejo, depois de entrar em serviço Alqueva-Balboa e a reforma do eixo do Douro ainda está pendente de definição; e, por último, uma ligação que está num horizonte mais longínquo, através do Sul (como o AVE Sevilha-Huelva-Faro, assinala-nos o cronista...).

A seguir estendeu-se, com muita “tecnicallity”, como ele próprio suspeitava e nos anunciava, sobre os modelos de atribuição eficiente com capacidade limitada (não será acaso pertinente não limitar em excesso a capacidade, sem que esta tenha de ser infinita, bem entendido?, pergunta-se o cronista). De qualquer maneira, deixa-nos ideias para uma tese europeísta: (será uma rosa, será um cravo? No mês de Maio to direi...) será “market splitting”, será um preço único de mercado ou virá o “trading” e os subsídios cruzados para resolver tudo ou complicar tudo, conforme se trate a contratação bilateral?

Continuou, referindo-se à harmonização necessária: a necessária resolução dos já citados CTC e CAEs em Espanha e Portugal, que estão em vias de solução; a garantia de potência ou as tarifas, que não precisam de harmonização para que o mercado não funcione mal. A outra harmonização reguladora importante é a dos operadores, cuja coordenação é tradicionalmente muito boa. Seria interessante o modelo de mercado que preconizavam e está no documento dos reguladores, que é equivalente a qualquer outro europeu: um operador de mercado e dois operadores de sistema, com

algumas limitações, mas baseado em contratos bilaterais e deixando o “pool” como um elemento de contratação de excedentes.

Os desafios de futuro são, para Landa, o mercado a prazo, a criação das entidades responsáveis dos mercados (que ele vê próximo), a harmonização de tarifas integradas e de acesso, a resolução da garantia de fornecimento, a adaptação às energias renováveis, a supressão dos CTCs e dos CAEs e que o preço do mercado obedeça aos custos.

O responsável pela “mãe portuguesa”, José Penedos, para além de incentivar o debate com o “pai do rebento”, que foi o único e animado, participou, sem transparências, mas clarificando desde o início que não há contradição entre luzes e sombras, e que, quando se trata de comer castanhas (costume muito de aldeia portuguesa), uma coisa é comê-las já assadas e outras ter de comprá-las previamente. Assim, a dimensão do mercado eléctrico português é pequena face ao mercado espanhol. Está muito baseado na produção hidroeléctrica, o que constitui uma vantagem e há um operador do sistema que coincide com o operador do mercado, o que faz com que alguns digam que não há mercado, mas isso não é certo. Segundo Penedos, a velocidade de construção do mercado ibérico vai depender da vontade dos agentes empresariais e da vontade dos agentes políticos. Tanto a REN como a REE estão a fazer o seu trabalho e o resto dos actores também, embora tenham as suas dificuldades, trabalham dia a dia para conseguirem no futuro um mercado único europeu da electricidade. Não obstante, as primeiras ligações dos anos cinquenta não foram com fins comerciais, só de abastecimento, e à nova situação de definição da lei da oferta e da procura no mercado sobrepôs-se a ruptura da integração vertical das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização. O regulador deve verificar de forma simultânea e independente o benefício dos consumidores e a sanidade financeira das empresas, ao estabelecer a tarifa. Em Espanha, a tarifa é fixada por decreto-lei e é muito diferente do mercado português, onde não existem nem subsídios segundo clientes, nem de insularidade, nem *moratoria nuclear*, nem do carvão, nem incentivo a elementos renováveis ou subsídios para a co-geração. Portanto, é necessário harmonizar tratamentos e legislação, já que há diferenças históricas no sector. A falta de capacidade e de

interligações de rede não será determinante daqui a três anos para o fluxo e o comércio energético fronteiriço, já que existe o compromisso de realizar as ligações assinaladas e algumas novas, que ainda por cima serão financiadas mediante subsídios comunitários. Isto permitirá alterações estruturais no sistema de preços. Sublinhou, também, que no mercado liberalizado e conjunto conta a fixação do preço eficiente por parte dos empresários e que os preços ineficientes fazem cair as empresas, mas também contam as preferências ou a procura dos consumidores que, em alguns casos, poderiam preferir consumir uma energia mais cara, mas mais limpa (como os dinamarqueses). Assim, embora o mercado espanhol seja de maior dimensão, o preço da sua energia tenderá a encarecer mais se não houver subsídios para as emissões. A REN, que ele representa, que é, para além de operador do sistema, operador do mercado e comprador único, deixará de o ser a partir de 2004, quando nascer o mercado. Mas se for menor a diferença entre o valor de mercado do que o valor garantido a longo prazo aos produtores de um contrato CAE da REN, quem terá de continuar a pagar, embora seja parcial e temporariamente, é o consumidor. Assim, já o tinha sublinhado Atienza, um mercado diário ou intradiário será “obsceno” na formação da tarifa; e um mercado a prazo, se for realmente independente do mercado diário, é mais transparente. A vantagem, portanto, de um modelo bipolar é que o mercado a prazo vai significar a ausência de transparência no mercado diário de hoje. Não peçamos impossíveis, como nos anos setenta, e peçamos apenas a lua, ou seja, transparência, sabendo que esses dois mercados separados vão funcionar melhor que os mercados espanhol e português de hoje (viva o MIBEL, quando viver, diria o cronista; mas quando viver, que seja transparente, os bebés, no seio materno, costumam sê-lo, mas neste caso...).

AS COMADRES AUGURAM O FUTURO DO REBENTO, DEFININDO OS SEUS TEMORES E ANSEIOS. Em primeiro lugar, António Almeida, que é um grande divulgador e actual Administrador do Banco Europeu de Reconstrução e tem uma trajetória de décadas no mercado eléctrico, tendo sido

Presidente da EDP, faz de comadre confiante, embora não deixe de assinalar, com diplomacia, os problemas, colocando o acento em algumas das sombras que o MIBEL terá que superar para ser credível.

Basicamente, e coincidindo em muitas apreciações com os conferencistas anteriores, explica-nos as anedotas pessoais que serviram de base, não só para iniciar, mas também para rematar, com a sua moral, a essência das necessidades que o MIBEL tem para funcionar. Em primeiro lugar, os problemas com os guardas salazaristas para levar de Espanha a Moçambique, passando por Portugal, um pássaro de Lladró, comprado pela sua mulher e, em segundo lugar, a qualificação que recebeu de “espanholês” quando, tendo responsabilidades na EDP, se dedicou, com bom critério e visão estratégica, a tratar de manter conversações e acordos com as eléctricas espanholas.

Como “sem sonho a luz não existe”, se não se fizer caso do trio básico para o trabalho, fundamentado em princípios comunitários de confiança, tolerância e respeito, não se poderá conseguir que voem com liberdade os pássaros ideados e realizados pelos artistas de Lladró e da Vista Alegre, sem que guardas sombrios lhes cortem as asas (impedindo o comércio); e também não se conseguirá que alguns ou muitos portugueses sejam qualificados de “espanholeses” e alguns espanhóis de “portgueses”, injusta e indevidamente.

Portanto, concluímos e queremos deduzir da exposição de António de Almeida a advertência de que é necessário sermos ibéricos (e europeus), comerciantes e competitivos, para que a eficiência permita o bem estar e o progresso, sem que a paixão nacional nos impeça de ver o bosque da Humanidade.

Em segundo lugar, Roberto Centeno, Professor Catedrático da Escola Politécnica e especialista em electricidade, desempenha o papel de comadre desconfiada, com razões claras e contundentes. Basicamente mostra-nos a situação de oligopólio de oferta “harmonizado” entre os grandes grupos empresariais portugueses e espanhóis que configuram e configurarão o MIBEL, sem que resolvam nem um aumento de liberalização, nem de competição, nem de eficiência que se repercuta em menores preços ao consumi-

dor neste mercado (quando o mercado francês mantém preços consideravelmente mais baixos e quando a verdadeira aposta deveria ser configurar um mercado do Sudoeste Europeu, com França, Portugal e Espanha). E com o interesse exclusivo de servir de base para as proclamações políticas fictícias do actual governo espanhol, que espera poder “capitalizar” politicamente esta suposta liberalização, que segundo institutos de prestígio e revistas económicas internacionais, é cada vez menor, comprometendo as reformas estruturais pendentes e a competitividade e produtividade do país, que só “recolhe” uma pomposa bola de sabão imobiliária. Por outro lado, os verdadeiros problemas de dependência eléctrica de Portugal e Espanha da Argélia não se resolvem, e também não se informa a opinião pública, segundo o seu ponto de vista, sobre a maior conveniência em preço da opção pela geração de energia nuclear face às fontes convencionais ou alternativas mais caras ou potencialmente poluentes (provavelmente, observa o cronista, a médio e longo prazo o barato sai caro e o caro sai barato, pense-se na necessidade de comprar direitos de poluição cada vez mais caros ou na obrigação de indemnizar a população por causa dos perigos ou consequências já verificadas para a saúde da radioactividade nuclear, que dura não só durante o funcionamento destas instalações, como também durante milhares de anos...).

Portanto, é na diversificação e na diminuição dos preços da energia eléctrica que deveriam fixar-se os governos de Portugal e de Espanha; mas, neste sentido, salvo se houver aumento de interligações, que facilitarão o incremento da eficiência e a segurança, o MIBEL pouco vai trazer de bom e de novo.

POR ÚLTIMO, A “PARTEIRA” AJUDA A COSER A FERIDA E ESTANCA AS POSSÍVEIS HEMORRAGIAS COM GAZES E CALMANTES TÓPICOS. Anunciado, valorizado, recomendado, propiciado e até quase realizado o nascimento do MIBEL, cabe à “parteira” fechar a ferida, o dia de trabalho, inclusivamente até as sombras e os maus presságios (fundamentados). Com doces dotes de diplomacia lusa beatífica, benéfica e eficiente anuncia-nos, como conclusões essenciais:

- a) que a máquina está em movimento, que não se deterá, já que, de uma maneira ou doutra, os consumidores, associados, empurrarão os governos para que estes, mais cedo ou mais tarde, obriguem ao aumento da competitividade no mercado já constituído.
- b) Que as interligações que vão ser realizadas são a base para que o mercado possa existir – e existirá, em breve.
- c) Que a menor dimensão inicial do mercado português não é relevante, posto que o clima de confiança, tolerância e respeito nos permitirá trabalhar em conjunto com eficácia e competitividade.

E, como conclusão final, que, embora o futuro tenha sombras, a luz se fará e encontrar-se-á o fundo do túnel.

Por último, como costuma ser cortesia em Portugal e em Espanha também, embora nem sempre, agradeceu a participação dos conferencistas, a dos assistentes (sobretudo estudantes) e o labor de “alma” do encontro do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças da Junta da Extremadura (não podia ser menos numa filha da Lusitânia).

(Mas depois da hipnose reiterativa e espiral da crónica...)

O CRONISTA DESPERTA DESCANSADO DO SONHO DA METACRÓNICA.

Chegaram ao ano 2203, século XXIII, e como numa caverna de Platão, continuam a vislumbrar-se imagens espectaculares (especulares?), embora difusas: acabaram de ultimar-se, numa Comissão especializada, uma delegação do Parlamento Democrático Mundial e estão quase a ser aprovadas as normas reguladoras para o aumento de enlacs e a fluidez de tráfego entre as redes euro-asiáticas, americanas e africanas, através da rede ibérica; o número potencial de “players” (jogadores) é real e potencialmente tão vasto que é capaz de assegurar uma competição quase perfeita nos mercados em competição e um fornecimento completo e constante das necessidades decrescentes de um crescente número de consumidores intermédios e finais, que fazem contratos e facturam através de computadores móveis de bolso, com operadores permanentes, assíncronicos e automatizados; vai ser

pactado um financiamento especial extraordinário para a renovação parcial das redes e para a melhoria e manutenção dos sistemas digitais/neuronais de segurança e para o controle no tráfego e no fornecimento; a tecnologia geradora fundamental, baseada em placas solares geo-estacionárias, fotosintéticas e especulares, conseguiu uma notável simplificação e eficiência no seu fabrico e instalação, graças também ao apoio logístico do porto de embarque da estação orbital internacional; isto facilita que as necessidades de investimento e os tempos de retorno sejam cada vez menores, procurando que os preços médios do fornecimento unitário, não só não constituam já uma dificuldade económica para o abastecimento internacional, como também se estabilizam ou baixem. Por último, embora tenha os seus detractores acérrimos (novos inquisidores siderais), estuda-se a possibilidade de financiar uma linha de investigação em que se pretende voltar a explicar e reorientar o segundo princípio da termodinâmica para poder reciclar a energia utilizada, baseado nas regiões e nos universos de entropia inversa, já que o armazenamento, também de capital importância, para a sua difusão posterior, há já anos que se conseguiu e está operativo. A sua consecução não só significaria uma relativização na observação dos tempos e do Tempo Universal, como também permitiria poupar bastantes custos económicos, sociais e políticos, fixando ainda mais os nossos esforços na já de per si impossível de valorar criação artística.

Mas, embora a vida seja sonho, como escreveu Calderón, os sonhos, sonhos são e embora, às vezes, luz mais luz, seja igual a escuridão, não será por acaso a luz onda e corpúsculo (De Broglie) ao mesmo tempo? Não somos nós próprios corpos de luz, que para a luz vão, da luz se alimentam e à luz, às vezes, voltam? Permanece ou não constante a quantidade de massa-energia universal, transformando-se apenas e manifestando-se em milhões de formas e aparências que, como manifestações de luz, começamos a ser capazes de dirigir, organizar e orientar apenas em pequena medida? Pois, então, que a luz que explica e preenche a escuridão oriente os nossos pensamentos e os nossos sentidos para a consecução da eficiência no MIBEL, e nos futuros EEM (“European Electricity Market”) e GEM (“Geo-electricity market”) ou gema... que é a única pérola dourada dos nossos sonhos. ❖